



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS  
SEDE  
COORDENAÇÃO DE CONSULTIVO FINALÍSTICO  
AV. RIO BRANCO 65, 12º ANDAR, RIO DE JANEIRO, RJ, 20040-009

PARECER Nº 00343/2025/PFANP/PGF/AGU

NUP: 48610.217922/2024-88

**INTERESSADOS: AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP**  
**ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. OFÍCIO Nº 502/2025/SPL/ANP-RJ. SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO ACERCA DA ATUALIZAÇÃO DAS MINUTAS DO EDITAL DE LICITAÇÕES E DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA OFERTA PERMANENTE DE CONCESSÃO (OPC)-e**

EMENTA: EDITAL DE LICITAÇÕES DA OFERTA PERMANENTE DE CONCESSÃO (OPC) - ATUALIZAÇÃO - INCLUSÃO DE BLOCOS E ÁREAS DE ACUMULAÇÃO MARGINAL - PROCEDIMENTO REGULAR - SEM ÓBICES À PUBLICAÇÃO DO EDITAL

## 1. RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta jurídica encaminhada à Procuradoria Federal junto à ANP pela Superintendência Promoção de Licitações (SPL), através do Ofício nº 502/2025/SPL/ANP-RJ-e, sobre a alteração da minuta do Edital de Licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC), chamada nova minuta de edital da OPC (versão 04.03).

2. A SPL relata que apresentou à Diretoria Colegiada da ANP proposta de “*atualização do Edital de Licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC), em razão da inclusão de 275 (duzentos e setenta e cinco) blocos exploratórios e 5 (cinco) áreas com acumulações marginais que estavam em estudo e receberam manifestação favorável de viabilidade ambiental, bem como da atualização dos parâmetros técnicos e econômicos dos 451 (quatrocentos e cinquenta e um) blocos incluídos na minuta do edital da OPC (versão 04.03)*”.

3. A Diretoria Colegiada da ANP aprovou a minuta do edital de licitações da OPC (versão 04.03) e as notas técnicas relacionadas às análises dos parâmetros técnicos e econômicos sobre os objetos do edital; autorizou a realização de Audiência Pública nº 09/2025, prescindida da etapa de realização de consulta pública; e deu ciência ao Tribunal de Contas, comunicando as alterações na minuta do edital, nos termos do art. 2º, § 4º, da Instrução Normativa TCU nº 81/2018.

4. Após a realização da Audiência Pública nº 09/2025, a SPL emitiu a Nota Técnica nº 42/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº [5431583](#)) e a Tabela de Acatamento (SEI nº [5438085](#)), que descrevem e apresentam a consolidação da versão final (versão 04.03) da minuta do Edital de Licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC). A SPL salienta que:

Como trazido nas Notas Técnicas nº 35/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº [5260238](#)) e nº 42/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº [5431583](#)), registra-se que a versão 04.03 da minuta do edital repete fielmente as regras do edital já aprovado pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução de Diretoria nº 715/2024 (SEI nº [4437414](#)), restringindo-se somente à inclusão de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais no rol de objetos em oferta. Assim, permanecem inalteradas as regras definidas na versão vigente publicada do edital da OPC (versão 04.02).

5. A SPL conclui a Nota Técnica nº 42/2025/SPL/ANP-RJ com a seguinte recomendação à Diretoria Colegiada:

I - Aprovar a nova versão do Edital de Licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC), versão aposta no Processo Administrativo nº [48610.217922/2024-88](#) sob SEI nº [5443802](#), contendo um total de 451 (quatrocentos e cinquenta e um) blocos exploratórios e 5 (cinco) áreas com acumulações marginais;

II - Aprovar a Nota Técnica nº 42/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº [5431583](#)) e a Tabela de Acatamento SEI nº [5438085](#), contendo as contribuições recebidas durante a Audiência Pública nº 09/2025 e as deliberações da ANP, que serão publicadas no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp>;

IV - Aprovar os *shapefiles* SEI nº [5246183](#) e SEI nº [5267069](#) e as respectivas com as coordenadas dos 451 (quatrocentos e cinquenta e um) blocos exploratórios e 5 (cinco) áreas com acumulações marginais presentes na nova versão do Edital de Licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC);

V - Autorizar o envio ao Tribunal de Contas da União (TCU) da nova versão do Edital de Licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC), à critério de ciência, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 81/2018;

VI - Autorizar a publicação do comunicado da nova versão do Edital de Licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC) e minutas dos contratos de concessão da Oferta Permanente de Concessão (OPC) no Diário Oficial da União (DOU) e em jornais de grande circulação, e dos arquivos na íntegra em formato digital nos sítios eletrônicos da ANP, nos termos do art. 8º da Resolução ANP nº 969/2024; e

VII - Autorizar a publicação dos demais documentos aprovados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp>, quando da publicação do edital.

6. Desde a última manifestação jurídica do processo (Parecer nº 00278/2025/PFANP/PGF/AGU), no que interessa à presente análise jurídica, a instrução do processo foi acrescida dos seguintes documentos:

Despacho do Diretor-Relator para Pauta de RD 45 (5295570) DIR IV

Ofício 406 /2025/SPL/ANP-RJ - Indicação Procurador Audiência (5298224)

E-mail 5298687 SPL

Pauta da Reunião de Diretoria nº 1.168 - 18.09.2025 (5301958) SGE-Pauta

Minuta Aviso Audiência Pública (DOU - na íntegra) (5310748) SPL

Minuta Aviso Audiência Pública (Jornais - Aviso resumido) (5310792) SPL

Ofício 416 /2025/SPL/ANP-RJ - Indicação Procurador Audiência (5310907)

Despacho 227 retificação DPDD nº 20/2025 - Audiência Pública (5311905) SPL

E-mail 5312008 SPL

Voto 41 (5322133) DIR IV

Decisão de Diretoria 5322491 SGE-Pauta

Aviso de Consulta / Audiência Pública 5323121 SGE-Pauta

Aviso de Consulta / Audiência Pública Jornais de Grande circulação (5323134) SGE-Pauta

Publicação do Aviso de Consulta Prévia nº 9/2025 (5328245) SGE-Pauta

Publicação Jornal O Dia do Aviso de Audiência Pública 9/2025 (5341132) SGE-Pauta

Despacho 02541/2025/PFANP/PGF/AGU (5362914) PRG-COFIN

Apresentação Audiência Pública nº 09/2025 - Exposições Técnicas da ANP (5387422) SPL

Apresentação Audiência Pública nº 09/2025 - Expositores Inscritos (5387428) SPL

Listagem Audiência Pública nº 09/2025 (5403398) SPL

Planilha de Contribuições - Audiência Pública nº 09/2025 (5438196) SPL

Relatório 8 /2025/SPL - Audiência Pública ANP nº 09/2025 (5401805) SPL

Tabela de Acatamento - Audiência Pública nº 09/2025 (5438085) SPL

E-mail Consulta UORGs - Edital OPC - AP 09/2025 (5439209) SPL

Minuta Edital OPC\_v04.03\_pós AP 09/2025\_PDF (5443802) SPL

Minuta Minuta Edital OPC\_v04.03\_pós AP 09/2025\_WORD (5443823) SPL

Nota Técnica 42 (5431583) SPL

Ofício 502 \_manifestação PRG (5434993) SPL

XXI

Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria 30 (5445978) SPL

E-mail 5446037 SPL

Ofício 514 \_Localização 451 BE (5454853) SPL

Planilha \_451 BE\_5AM (5454884) SPL

E-mail 5459519 SPL

7. Tarefa aberta no sistema SAPIENS/AGU no dia 03/11/2025. É o relato. Passo à análise.

## 2. ESCOPO DA ANÁLISE JURÍDICA

8. Inicialmente, cabe destacar que não compete a este Órgão Jurídico proceder a auditoria em todos os atos praticados ao longo da instrução processual dos presentes autos, cabendo esta atribuição aos órgãos de controle, internos e externos. Do mesmo modo, não é atribuição desta Procuradoria apreciar as questões de interesse e oportunidade dos atos que se pretende praticar, visto que estão na esfera da conveniência e oportunidade da Administração Pública, nem avaliar questões técnicas como valores de bônus de assinatura, prazos contratuais, percentuais de conteúdo local, conveniência e oportunidade de determinadas previsões contratuais e outras questões correlatas.

9. Cabe-nos, entretanto, alertar para a necessidade de atender os requisitos legais e seguir os entendimentos jurídicos doutrinários e jurisprudenciais consolidados sobre a matéria, incluindo-se os do Tribunal de Contas da União, quando for o caso. Contudo, diante necessidade de posterior interpretação jurídica das regras do edital ao longo do certame, bem como das regras contratuais ao longo de toda a execução dos contratos, não nos furtamos de fazer recomendações que, ainda que de caráter não exclusivamente jurídico, possam repercutir na clareza e segurança jurídica da futura interpretação e aplicação dos instrumentos propostos, de modo a melhor atender o interesse público e os princípios que regem a atividade administrativa.

Nesse sentido, orientação da Advocacia-Geral da União:

Boa Prática Consultiva – BPC nº 07

10. A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

### **3. DA RODADA DE LICITAÇÃO DA ANP PARA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

11. Como posto nas manifestações jurídicas prévias, concretizadas no Parecer n. 00277/2024/PFANP/PGF/AGU e no Parecer n. 00277/2024/PFANP/PGF/AGU, por força da Lei nº 9.478/97, art. 3º, inciso IV, art. 23 e art. 36; do Decreto nº 9.641/ 2018, art. 1º; das Resoluções CNPE nº 17/2017 e nº 11/2023, de 27/12/2023, compete à ANP promover a licitação para contratação de agentes econômicos que exercerão atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

12. O procedimento para realização das licitações para a outorga do exercício das atividades de exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural sob os regimes de concessão e de partilha de produção está regulamentado na Resolução ANP nº 969/2024.

13. Tendo em vista as manifestações jurídicas prévias, registra-se que o objetivo da presente análise é apenas a verificação da regularidade do processo administrativo, em especial o procedimento da audiência pública e do tratamento conferido às sugestões colhidas.

### **4. DO PROCEDIMENTO PARA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DA OFERTA PERMANENTE DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS E ÁREA DE ACUMULAÇÃO MARGINAL**

14. Como dito, o procedimento a ser adotado para realização das Rodadas de Licitação da ANP está previsto na Resolução ANP nº 969/2024. De acordo com o art. 10, a consulta e a audiência pública têm o seguintes objetivos:

Art. 10. Após a publicação da minuta do edital, a ANP realizará consulta pública e audiência pública para:

I - dar conhecimento do objeto da licitação;

II - apresentar as normas constantes da minuta do edital de licitações e da minuta do contrato;

III - obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta do edital de licitações e a minuta do contrato;

IV - propiciar aos agentes econômicos e aos demais interessados a possibilidade de encaminhamento de comentários e sugestões; e

V - dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

15. Nesse ponto, a Resolução não fez mais do que dar concretude ao direito de participação da sociedade nas questões públicas relevantes, direito este expresso, dentre outros, nos artigos 31 e 32 da Lei 9.784/1999; no art. 19 da Lei 9.478/1997 e no Decreto 8.243/2014. A consulta e a audiência públicas configuram também observância ao art. 10, §1º, da Lei nº 13.848/2019, que faculta a manifestação oral por quaisquer interessados em sessão pública previamente destinada a debater matéria relevante; tudo como já posto nas manifestações jurídicas prévias.

16. Por força do art. 12 da Resolução ANP nº 969/2024, cabe observar também a Resolução ANP nº 846/2021, que dispõe sobre a participação social no processo decisório referente à regulação de tema de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários de bens e serviços das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis; e a Instrução Normativa ANP nº 8/2021, que disciplina os instrumentos de participação social no processo decisório referente à regulação da ANP.

17. *In casu*, pode-se verificar no processo administrativo que a Diretoria Colegiada determinou a realização de audiência pública, dispensada a consulta pública, conforme **Resolução de Diretoria nº 596/2025**, tudo em consonância com o art. 19 da Lei nº 9.478/97 e arts. 9º e 10º da Lei nº 13.848/2019. Confira-se a decisão:

DECISÃO:

A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o constante no processo nº 48610.217922/2024-88, e com base na Nota Técnica nº 35/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 5260238), no Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 20/2025/SPL (SEI nº 5289297) e no Parecer nº 278/2025/PFANP/PGF/AGU (SEI nº 5288602), aprovado pelo Despacho nº 2232/2025/PFANP/PGF/AGU (SEI nº 5288604), decide, por unanimidade entre os presentes:

I) aprovar a minuta do edital de licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC), versão aposta no Processo Administrativo nº 48610.217922/2024-88 sob SEI nº 5267524, atualizado em função da inclusão de 275 (duzentos e setenta e cinco) blocos exploratórios e 5 (cinco) áreas com acumulações marginais que obtiveram manifestação favorável quanto à viabilidade ambiental;

II) aprovar as Notas Técnicas Conjuntas nº 6/2025/ANP (SEI nº 4893916) e nº 10/2025/ANP (SEI nº 5070270) e as Notas Técnicas nº 12/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 4893924), nº 13/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 4893930), nº 26/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 5101441), nº 27/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 5101523), nº 28/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 5101540), nº 29/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 5101555), nº 30/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 5101577), nº 31/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 5101601) e nº 36/2025/SPL/ANP-RJ (SEI nº 5260550), relacionadas às análises dos parâmetros técnicos e econômicos presentes na nova minuta do edital da Oferta Permanente de Concessão (OPC);

III) autorizar a realização de Audiência Pública sobre a minuta da nova versão do edital de licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC) (SEI nº 5267524), contendo a inclusão dos 275 (duzentos e setenta e cinco) blocos exploratórios e 5 (cinco) áreas com acumulações marginais;

IV) autorizar a publicação do comunicado para convocação de Audiência Pública (SEI nº 5310748) para tratar da minuta da nova versão do edital de licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC) contendo a inclusão dos 275 (duzentos e setenta e cinco) blocos exploratórios e 5 (cinco) áreas com acumulações marginais;

V) autorizar a publicação da minuta da nova versão do edital de licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC) (SEI nº 5267524), contendo a inclusão dos 275 (duzentos e setenta e cinco) blocos exploratórios e 5 (cinco) áreas com acumulações marginais para subsidiar a realização da Audiência Pública; e

VI) dar ciência ao Tribunal de Contas comunicando as alterações na minuta do edital de licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC) que será submetido a Audiência Pública, nos termos do art. 2º, § 4º, da Instrução Normativa TCU nº 81/2018.

18. Consta no presente processo o Aviso de Audiência Pública nº 09/2025 (SEI 5323121 e 5323134, ), publicado no DOU (SEI 5328245 e 53141232). Adicionalmente, foram disponibilizados os documentos aprovados no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/consultas-e-audiencias-publicas/consulta-audiencia-publica> e <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/consulta-publica-audiencia-publica>), conforme item 2 do Aviso, em atenção aos artigos 4º §1º, 6º e 7º da Resolução ANP nº 846/2021.

19. A audiência pública ocorreu em 09 de outubro de 2025, a partir das 14:00 horas, por meio de videoconferência, nos termos da Resolução ANP nº 846, de 25 de junho de 2021.

20. Como relatado acima, constam do processos os seguintes documentos: (i) Listagem de participantes da audiência pública; (ii) Apresentações da audiência pública; (iii) Planilha de contribuições; (iv) Relatório da Audiência; (v) Notas técnicas; e (vi) Minutas do edital e do contrato de concessão. **Recomenda-se anexar o link da gravação da audiência.**

21. Verifica-se, assim, que foram realizadas todas as fases previstas na Resolução ANP nº 969/2024. As sugestões recebidas durante a audiência pública foram autuadas, analisadas pelas áreas técnicas envolvidas e consolidadas em planilha.

22. Conclui-se, então, que, no aspecto formal da audiência pública, foram respeitados os preceitos fixados pela Resolução ANP nº 969/2024, pela Resolução ANP nº 846/2021, pela Instrução Normativa ANP nº 8/2021. Desse modo, considera-se que **o procedimento adotado não padece de quaisquer vícios jurídicos.**

23. Destaca-se a **necessidade de publicação do relatório contendo o posicionamento final da ANP em seu sítio na internet,** em atenção ao artigo 22, parágrafo único da Resolução ANP 18/2015.

24. Por fim, sobre o teor da minuta do edital, como bem registrou a SPL na Nota Técnica, não houve alteração:

4.14. A análise das contribuições oriundas da Audiência Pública nº 09/2025 não resultou em alterações na minuta do edital da OPC já analisada juridicamente pela Procuradoria-Geral Federal junto à ANP (PRG) no âmbito do Parecer nº 278/2025/PFANP/PGF/AGU (SEI nº [5288602](#)) aprovado pelo Despacho nº 2232/2025/PFANP/PGF/AGU (SEI nº [5288604](#)). Portanto, a versão final da minuta do edital da OPC mantém-se a mesma submetida à apreciação da Diretoria Colegiada por meio do Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 20/2025/SPL (SEI nº [5289297](#)).

## 5. CONCLUSÃO

25. Diante de todo exposto, **não se verifica óbices jurídicos à aprovação do edital e assim, da recomendação da SPL à Diretoria Colegiada.**

26. É o parecer que submeto à consideração superior na presente data.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2025.

TATIANA MOTTA VIEIRA  
PROCURADORA FEDERAL  
MAT. 1311581



Qual sua percepção sobre  
esta manifestação?  
Responda de forma  
anônima, em menos de 30  
segundos!

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 48610217922202488 e da chave de acesso c2f5ea30



Documento assinado eletronicamente por TATIANA MOTTA VIEIRA, com certificado A1 institucional (\*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3002521964 e chave de acesso c2f5ea30 no endereço eletrônico <https://supersapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANA MOTTA VIEIRA, com certificado A1 institucional (\*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 07-11-2025 15:13. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.